



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7243 - Trabalho Completo - 14a Reunião da ANPEd – Sudeste (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 12 - Currículo

**BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: CURRÍCULO, CULTURA E IDENTIDADE**

Iris Aniceto Barros - UERJ - PROPED - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Andréia Mello Rangel - UERJ - PROPED - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

### **BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: CURRÍCULO, CULTURA E IDENTIDADE**

Este trabalho propõe discutir como a Base Nacional Comum Curricular – BNCC apresenta uma noção de cultura a partir de uma perspectiva que compreende que há diferentes culturas, mas não as reconhece como válidas para assumirem centralidade no currículo escolar. Ao considerarmos essa questão, defendemos que a perspectiva pós-estrutural nos ajuda a repensar o currículo e a cultura, uma vez em que tal aporte teórico-metodológico compreende que a cultura está sempre em movimento e se faz como prática discursiva e de enunciação. Assumimos, assim, o entendimento de currículo como uma disputa complexa e como uma política cultural (LOPES; MACEDO, 2011); definir o que se ensina, como se organiza, tudo é cultura, e é produzido em meio a relações de poder.

No tocante aos referenciais deste estudo, pretendemos discutir a temática aqui apresentada a partir das contribuições de autores como: Appadurai (2004), Macedo (2006) e Lopes e Macedo (2011). Buscamos como aporte teórico Appadurai (2004), pois o autor propõe apresentar as dimensões culturais da globalização, deixando de compreender a cultura como uma “coisa”, operando a partir da noção de fluxos culturais, enfraquecendo, assim, o sentido de cultura como repertório partilhado.

O distanciamento da noção de cultura como objeto possibilita uma perspectiva menos determinista sobre as políticas curriculares, compreendendo, desse modo, que qualquer regulação é produzida discursivamente, não encerra o fluxo de significação e é sempre provisória e contingente. Appadurai (2004) nos ajuda a repensar o que defendem discursos como os que são produzidos pela BNCC, os quais compreendem que há fronteiras culturais claramente delineadas. O autor opera a partir da compreensão de que a cultura é inventada para a comunicação e que nas relações é que se produz um sujeito que significa o mundo. Nesse contexto, o currículo pode ser significado como uma prática cultural, visto que faz parte de um sistema de significação em que os sentidos são produzidos pelos sujeitos.

Quando a BNCC supõe a manutenção das manifestações culturais que fazem parte do “patrimônio cultural”, ela interpreta que a cultura está dada e os sujeitos se relacionam a partir dela. Tal assertiva fica exemplificada no trecho que indica uma das seis competências específicas de linguagem para o ensino fundamental, em que o documento determina o desenvolvimento do “(...) senso estético para reconhecer, fruir e respeitar as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, inclusive aquelas pertencentes ao

patrimônio cultural da humanidade (...)" (BRASIL, 2018, p. 65).

A compreensão de cultura como produto – conforme defende a Base – torna tangível o projeto de aluno e professor idealizados, os quais podem aderir a todos os conhecimentos postos como parte do patrimônio da humanidade. Concordamos com Appadurai na defesa de que as culturas são uma forma de mitigar o fluxo de significação, como uma fotografia que paralisa e nomeia o que é somente movimento (LOPES; MACEDO, 2011). Assim, entendemos ser potente a noção de fluxos culturais, a qual vem ganhando destaque nesta perspectiva, sobretudo por questionar a rigidez das fronteiras.

Considerando essa noção, seria impossível estabelecer de maneira específica quais os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, na medida em que os conhecimentos são construídos discursivamente, em puro movimento. De acordo com essa perspectiva, o próprio sentido de patrimônio – seja cultural, histórico ou artístico – é desestabilizado. Portanto, interpretamos que as fronteiras culturais pontualmente demarcadas na BNCC não se sustentam, visto que o movimento não se encerra ao ser nomeado, ainda que nomeado em um documento normativo que visa à regulação e à produção de identidades fixas.

Logo, defendemos que uma das possibilidades de operar com um currículo que não ponha a diferença à margem do debate e que destaque os fluxos culturais, é reconhecer que o sujeito é constituído nas relações contextualmente localizadas, na ação política, portanto, por meio de processos de identificação e não de uma identidade racional, cartesiana, fixa, determinada (LOPES; MACEDO, 2011). Nesse cenário, ressaltamos o caráter contextual do currículo, pois acreditamos que isso pode ser potente para pensar as contingências como parte da prática educativa e a autonomia como imprescindível para o fazer docente.

Acreditamos que sempre haverá novas possibilidades de pensar um currículo da diferença, entretanto, encerramos nossas considerações argumentando que lidar com um currículo que opere na diferença envolve, principalmente, o reconhecimento da cultura como processo e, também, pensar o “currículo, na incerteza do mundo contemporâneo, como prática de atribuição de sentido ou como enunciação” (LOPES; MACEDO, 2011).

**Palavras-chave:** BNCC. Currículo. Cultura.

## REFERÊNCIAS:

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_publicacao.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf)> Acesso em: 10 jun. 2020.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 22, n° 2, p. 15-46, jul./dez. 1997.

APPADURAI, Arjun. Dimensões culturais da globalização: a modernidade sem peias. Trad. Telma Costa. Lisboa: Editorial Teorema, 2004.

LOPES, Alice C.; MACEDO, Elizabeth. **Teorias do Currículo**. São Paulo: Cortez, 280 p, 2011.

LOPES, Alice Casimiro. Políticas de currículo em um enfoque discursivo: notas de pesquisa. In: LOPES, Alice; OLIVEIRA, Anna Luiza; OLIVEIRA, Gustavo Gilson (org.). **A teoria do discurso na pesquisa em educação**. Recife: Editora da UFPE, 2018, p.133-168.

MACEDO, E. Currículo como espaço-tempo de fronteira cultural. **Revista Brasileira de**

**Educação** v. 11 n° 32, p.285-372, maio/ago. 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782006000200007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782006000200007).

Acesso em: 07 jun. 2020

OLIVEIRA, de Ana. A tradição da centralidade do conhecimento nas políticas curriculares. In: LOPES, Alice Casimiro e OLIVEIRA, Marcia Betania de (orgs.). **Políticas de currículo: pesquisas e articulações discursivas**. Curitiba: CRV, 2017, 97-112.

OLIVEIRA, Gustavo. Provocações para aguçar a imaginação/invenção analítica: aproximações entre a teoria política do discurso e análise do discurso em educação. In: LOPES, Alice; OLIVEIRA, Anna Luiza; OLIVEIRA, Gustavo Gilson (org.). **A teoria do discurso na pesquisa em educação**. Recife: Editora da UFPE, 2018, p.169-216.